

Educação Popular no Brasil e Movimentos Sociais: um breve histórico¹

La educación popular en Brasil y los movimientos sociales: una breve historia

Popular Education in Brazil and Social Movements: a brief historic

Angela Aiche Kittlaus Baalbaki²

Luciene Acordi de Menezes Nascimento³

Resumo

O contexto histórico do sistema educacional brasileiro é marcado por reformas educacionais, movimentos sociais e lutas por uma educação laica, de qualidade, gratuita, com acesso a todas as camadas sociais e por mais vagas, dentre outros aspectos. Com este trabalho buscou-se apresentar um breve histórico dessas lutas e movimentos sociais no Brasil por uma educação popular, mais justa e igualitária, descrevendo sucintamente o contexto político vigente em cada período e a importância desses movimentos sociais para a educação. Dessa forma a pesquisa, inicia-se trazendo reflexões sobre o significado da Educação Popular, seguindo de um breve histórico das principais manifestações em defesa da escola pública, iniciando na década de 1930 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, seguindo com algumas das principais manifestações populares das próximas décadas, passando pela aprovação Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, promulgada em 1996, até os importantes acontecimentos do ano de 2013 e as lutas de 2015 no estado do Paraná.

Os movimentos sociais apresentam um caráter educativo, que possibilita imenso aprendizado e seu estudo nos permite concluir que ainda temos muitos desafios a serem enfrentados no que se refere à educação popular no Brasil. Nesta pesquisa almejamos resgatar o papel dos Movimentos Sociais pela educação no contexto histórico, acreditando que trabalhos como este, de revisão histórica, buscam enaltecer os fatos já vividos assim como seus protagonistas, e a partir deles reger novos passos.

Palavras-Chave: Movimentos sociais; Educação Popular; Política.

Resumen

El contexto histórico del sistema educativo brasileño está marcado por reformas educativas, movimientos sociales y luchas por una educación secular gratuita y de calidad, con acceso a todos los estratos sociales y más vacantes, entre otros aspectos. Con este trabajo intentamos presentar una breve historia de estas luchas y movimientos sociales en Brasil por la educación popular, más justa e igualitaria, describiendo brevemente el contexto político vigente en cada período y la importancia de estos movimientos sociales para la educación. De esta manera, la investigación comienza reflexionando sobre el significado de la Educación Popular, siguiendo una breve historia

¹ Artigo apresentado no Latinidades – Fórum Latino-Americano de Estudos Fronteiriços, na modalidade online, 2020.

² Pedagoga, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; angela_aiche@hotmail.com

³ Pedagoga, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; lucieneacordi@gmail.com

de las principales manifestaciones en defensa de la escuela pública, comenzando en la década de 1930 con el Manifiesto de Pioneros de la Nueva Educación, siguiendo con algunos de los principales Manifestaciones populares en las próximas décadas, pasando la aprobación de la Ley 9.394, que establece las pautas y bases de la educación nacional, promulgada en 1996, hasta los eventos importantes del año 2013 y las luchas de 2015 en el estado de Paraná. Los movimientos sociales tienen un carácter educativo, lo que permite un aprendizaje inmenso y su estudio nos permite concluir que todavía tenemos muchos desafíos por enfrentar con respecto a la educación popular en Brasil. En esta investigación, nuestro objetivo es rescatar el papel de los movimientos sociales para la educación en el contexto histórico, creyendo que funciona así, de revisión histórica, busca resaltar los hechos ya experimentados, así como sus protagonistas, y de ellos para gobernar nuevos pasos.

Palabras clave: Movimientos sociales; Educación popular; Política.

Abstract

The historical context of the Brazilian educational system is marked by educational reforms, social movements and struggles for a secular, quality, free education, with access to all social strata and more vacancies, among other aspects. With this work we tried to present a brief history of these struggles and social movements in Brazil for popular, more just and egalitarian education, briefly describing the current political context in each period and the importance of these social movements for education. Thus, the research begins by reflecting on the meaning of Popular Education, following a brief history of the main manifestations in defense of public schools, starting in the 1930s with the Manifesto of Pioneers of New Education, following with some of the main popular manifestations of the coming decades, passing the approval of Law 9.394, which establishes the guidelines and bases of national education, enacted in 1996, until the important events of the year 2013 and the struggles of 2015 in the state of Paraná. Social movements have an educational character, which enables immense learning and their study allows us to conclude that we still have many challenges to be faced with regard to popular education in Brazil. In this research we aim to rescue the role of Social Movements for education in the historical context, believing that works like this, of historical review, seek to highlight the facts already experienced as well as their protagonists, and from them to rule new steps.

Keywords: Social movements; Popular Education; Policy.

1. Introdução

A temática da Educação Popular nos remete a um ensino feito para o povo e pelo povo. Isto dentro de uma sociedade capitalista gera por si só vários conflitos, os maiores dão conta do fato deste sistema necessitar de oprimidos para sobreviver e triunfar, a educação em sua vertente transformadora busca a superação da opressão e a extinção da relação dominante e dominado. Partindo deste entrave, este texto buscará apresentar os movimentos sociais iniciados a partir da insatisfação de uma parte da sociedade que enxergou na educação uma forma de mudança, permeando os planos políticos dos períodos abordados e suas relações de poder.

Depois de Paulo Freire ninguém mais pode ignorar que a educação é sempre um ato político. Aqueles que tentam argumentar em contrário, afirmando que o educador não pode “fazer política”, estão defendendo uma certa política, a política da despolitização. Pelo contrário, se a educação, notadamente a brasileira, sempre ignorou a política, a política nunca ignorou a educação. Não estamos politizando a educação. Ela sempre foi política. Ela sempre esteve a serviço das classes dominantes. (GADOTTI in FREIRE, 2014, p.15)

Nesse sentido, definimos a educação popular como meio de condução para uma conscientização do real, e quando nota-se uma tentativa da não integração da educação com a

política, esta perde seu sentido, sua justificativa. No Brasil vários movimentos sociais defenderam a educação popular, o sistema educacional é marcado por avanços e retrocessos na educação pública, manifestações, reformas educacionais e lutas por uma educação de qualidade para as classes mais populares.

Diante do exposto, este trabalho em sua primeira parte, apresenta reflexões teóricas referentes aos conceitos da Educação Popular, partindo em sua segunda parte para um esboço sobre os principais movimentos pela educação no Brasil, descrevendo sucintamente o contexto político vigente em cada período, bem como a importância da Educação e seu papel transformador.

2. Reflexões teóricas

2.1. Conceitos da Educação Popular

Para Kreutz (1979, p. 33) o que fica implícito na teoria da educação popular, dentro do que tange o pedagógico, é que ela visa mudar o que está posto, e busca conscientizar partindo do conceito de que ninguém pode nos educar, nem nós mesmos sozinhos, apenas nós dentro de um grupo, mediados pelo que nos rodeia. E essa reflexão, segundo ele, leva a percepção da dominação que sofremos e nos conduz a atitudes capazes de nos libertar.

A busca constante por suas raízes, sua história, e a anseia por participação para o senso de pertencimento, da origem ao que Freire (2014, p. 48) chama de “democratização fundamental” das massas populares. E estas percebem na educação um meio de mudanças, de se manifestar, e de reivindicar. “A educação das massas”, educar para o povo, pelo povo e com o povo.

A fim de propagar essa educação, surgem os movimentos voltados para promoção e cultura do povo. A questão emerge do interesse de intelectuais, políticos, estudantes e membros da comunidade católica em promover a participação da população no debate político. Esses grupos possuíam objetivos claros que abrangiam o campo político, porém mesmo com pontos que se dirigiam a um ideal em comum, o nacionalismo que ocasionaria a ruptura da dependência de outros países e uma sociedade igualitária, esses grupos focavam na sua visão dos problemas.

Estes fatos datam da primeira metade da década de 1960 e os movimentos mais expressivos foram: o Movimento de Cultura Popular (MCP) criado pela prefeitura de Recife, o Movimento de Educação de Base (MEB) da Igreja Católica e os Centros Populares de Cultura

(CPC) criados pela UNE, União Nacional de Estudantes. A Educação Popular para Gohn (2012, p. 71), foi uma demanda presente em vários movimentos sociais organizados.

Ela se manifestava em reivindicações pelo ensino noturno, por escolas profissionalizantes etc. Entretanto a maior fonte de expressão deste tipo de demanda não foi o sistema escolar formal, mas as chamadas organizações não formais: a participação nos clubes de mães da periferia, em lutas e movimentos sociais organizados em torno de bens, equipamentos e serviços públicos e pela moradia e acesso a terra”. (GOHN, 2012, p. 71)

A Educação Popular manifesta-se dentro das associações comunitárias, ou seja, em um lugar diverso do habitual, porém, seus ideais de liberdade, ultrapassaram a base, e repercutiram nas atividades tanto escolares quanto em ONGs, associações, reuniões e conselhos populares. Atualmente, falar em Educação popular é atingir em cheio o campo de enfrentamento pelo poder, há grandes provocações. Debater a perversidade dos que estão à frente do capitalismo neoliberal, que acentua as desigualdades sociais, é uma tarefa árdua e nem sempre traz resultados. (PEREIRA e PEREIRA, 2010, p. 73)

Moacir Gadotti no livro de Paulo Freire (2014, p.11) nos diz que atualmente ainda ocorre uma demarcação do pedagógico como restrito ao ambiente escolar, às relações que permeiam esse ambiente. Assim, ele nos traz o questionamento de que, isso poderia ser uma maneira da classe dominante reprimir as ações que ecoam da escola. Deixar que as ideias, as críticas dos oprimidos fiquem trancadas dentro das redomas das instituições. Por fim, ocorreria uma tomada de consciência comedida e que não viesse de encontro aos seus propósitos e a impedisse de manter-se no poder.

A burguesia nacional reconhece os limites da conscientização que são os limites da própria consciência. E aqui ela tem razão: uma conscientização que partisse apenas do educador, limitada ao campo escolar, é insuficiente para operar uma verdadeira mudança social. A educação, e o papel do educador, não é só isso. Se houve tempo em que o papel do pedagogo parecia ser esta, hoje, o educador, o intelectual engajado, cimentado com o oprimido, não pode limitar-se a conscientizar dentro da sala de aula. Deverá aprender a se conscientizar com a massa. (GADOTTI in FREIRE, 2014, p. 12)

A conscientização para a emancipação humana, buscando ações dentro da sociedade que possam reverter às condições atuais de alienação, não é e nunca foi o objetivo da classe dominante. A perda da mão de obra barata e que não se opõe, não gera problemas, pois não questiona, não é de valia para o sistema capitalista.

2.2. Histórico das Lutas e Manifestações pela Educação no Brasil.

Após a Revolução de 1930 os movimentos sociais pela educação iniciam-se em 1931 com o *Movimento dos Pioneiros da Educação*, que de acordo com Gohn (2012, p. 83) foi um movimento nacional relacionado à área do sistema educacional formal brasileiro. Em 1932, o movimento lançou o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, que segundo as explicações de Ghiraldelli (2000, p. 42-43), era um logo documento que dedicado ao governo e a nação, propunha bases pedagógicas renovadas e a reformulação da política educacional.

O grupo responsável pelo “Manifesto” era formado por liberais elitistas, como Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, liberais igualitaristas, como Anísio Teixeira e teve também a presença de signatários do “Manifesto” e simpáticos ao socialismo, como Paschoal Lemme e Roldão de Barros entre outros. “O movimento propunha entre outras demandas, a criação de um sistema nacional para a administração de políticas educacionais, o ensino público gratuito e de caráter universalizante, a não diferenciação de sexos nas escolas etc.”. (GOHN, 2012, p. 84)

Em 1947 teve início o Movimento por Reformas de Base na Educação que de acordo com Gohn (2012, p. 94) foi uma das mais longas lutas pela educação no Brasil, iniciando em torno de um projeto de Lei que criava uma legislação geral para a educação no país. Em 1949 o projeto foi arquivado e em 1951 desarquivado, tramitando na Comissão de Educação e Cultura por cerca de cinco anos e meio. Em 1957 ele retornou a discussão no Plenário da Câmara e passou por uma longa disputa entre os defensores da escola pública e gratuita e os defensores da escola particular.

Em 1958, como aponta Teixeira (2008, p. 38) foi produzida a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), ela nasce em um período de alterações na forma de pensar a educação, esta passaria de apenas a ser vista de forma mais vasta no que tange o analfabetismo, onde não seria possível mais somente ensinar a ler, “[...] mas vencer um forte obstáculo para o seu desenvolvimento econômico e social”. (TEIXEIRA, 2008, p. 38)

Neste mesmo ano, graças às vivências e efeitos de ações, houve o chamamento do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, este buscava estimar e propor novas definições aos alvos da Educação. Nele houve convergências e debates sobre o assunto, e em um texto com participação de Paulo Freire foi apresentada uma maneira diferente de encarar o analfabetismo, “[...] Este não era um problema apenas educacional, passava a ser analisado a partir de suas raízes econômicas e sociais, como consequência e não como causa do

subdesenvolvimento”. (TEIXEIRA, 2008, p. 40) Neste momento era apresentada a nível nacional, a ideologia ainda no início, de Paulo Freire.

Em 1959, conforme Lima (2017, p. 253) foi lançado o Manifesto dos Educadores, sob o título de *Mais uma vez convocados*. Este manifesto também foi redigido por Fernando de Azevedo, contendo a participação de diversos educadores e intelectuais liberais, dentre eles Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Florestan Fernandes, Paulo Freire e outros signatários que participaram do Manifesto anterior.

O contexto de vitória de ideais democráticos internacionais, vivenciado pós II Guerra, influenciou nacionalmente as manifestações que focalizavam o movimento pela educação das massas. Então, viu-se a necessidade de não somente alfabetizar, mas sim, educar para o mundo, compreendendo as relações e visando transformações. (PEREIRA e PEREIRA, 2010, p. 75). Entre 1957 e 1964 surgem os Movimentos Estudantis, de acordo com Gohn (2012, p. 98-99) a intensa participação dos estudantes na política nacional, levou a redefinição de sua principal entidade, a UNE – União Nacional dos Estudantes. Os estudantes realizaram grandes manifestações e estiveram presentes nas campanhas nacionalistas.

No final da Década de 1950 e início de 1960 de acordo com Almeida e Martins (2016, p. 01) uma das características que marcou os movimentos “foi serem em prol da educação popular, tendo como princípio articulador a educação para o povo e a preocupação com a participação política das massas a partir da tomada de consciência da realidade brasileira”. No início da década de 60, surgem os “Movimentos de Educação Popular”, sendo que seus pressupostos giravam em torno do entendimento da educação como processo de conscientização das massas. Em 1961, após 14 anos de luta, o projeto de Lei iniciado em 1947 foi aprovado, sendo estabelecida uma Lei geral para todo o sistema de ensino no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

O projeto recebeu mais de 200 emendas no Senado, e procurou conciliar as tendências em disputa. Anísio Teixeira considerou a aprovação da LDBEN uma “meia vitória, mas vitória”. Carlos Lacerda, do lado oposto, comentou que “era a lei a que pudemos chegar”. Todavia, boa parte dos integrantes da Campanha da Escola Pública considerou a aprovação do projeto como uma derrota popular e o sancionamento da Lei pelo presidente João Goulart “uma traição” para com as forças democráticas e populares. (GHIRALDELLI, 2000, p. 115 e 116)

Sobre a Campanha “de Pé no Chão também se aprende a Ler” que iniciou em 1961, Teixeira (2008, p. 55) nos diz que esta se deu através da Prefeitura de Natal e tinha como proposta o combate ao analfabetismo e a ausência de escolas para os menores em fase escolar.

O contexto de disputa política da época, representado por Djalma Maranhão que participou da insurreição de 1935, reforçou uma ideologia nacionalista oriunda das lutas populares.

O primeiro ano de funcionamento da campanha marcou o início de um trabalho de organização do sistema de ensino municipal, orientado por uma necessidade de expansão e democratização da educação, esse trabalho teve como principal marca a participação política das classes populares. [...] Em menos de um ano a Campanha conseguiu mais que dobrar o número de alunos atendidos pelas “escolinhas”; construiu os dois primeiros Acampamentos Escolares, e passou a oferecer um trabalho de apoio, avaliação e orientação às escolas. (TEIXEIRA, 2008, p. 58)

Outro movimento importante foi o Movimento de Cultura Popular (MPC), este era composto por universitários, intelectuais, e artistas de Pernambuco que se uniram ao empenho da prefeitura de Recife em combater o analfabetismo e em aumentar o grau de cultura popular, almejavam por meio de ideais socialistas a tomada de consciência das massas. (KREUTZ, 1979, p. 63) O autor ainda nos traz o que foi o (MEB) “Movimento de Educação de Base” que surge de vivências de educação através do rádio, buscando atingir a população que vivia em locais onde os recursos eram escassos, o que os mantinha em graus culturalmente, economicamente e socialmente indignos. O objetivo desse movimento era oportunizar ao povo do campo uma alfabetização consciente e efetiva que formasse um cidadão atuante e preparado para entender sobre as reformas agrárias e bancárias além de evidenciar sua autoridade para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos.

Conforme Pereira e Pereira (2010, p. 77), em 1964 com a ditadura militar que foi aprofundada em 1968 onde ocorreu o Ato Institucional nº 5 (AI-5), a autocracia se fixou no país causando o iminente afastamento do povo dentro do processo político. A emergente busca pela participação ativa e atuação da população nos processos políticos, era vista como subversão, para os dominantes as ideias disseminadas pelos defensores da Educação Popular dificultariam o controle da política.

Os grupos favoráveis à cultura e educação para o povo foram reprimidos violentamente. Ações que buscavam intervir para a não articulação e não mobilização dos trabalhadores se tornaram comuns pelas mãos dos militares. Os comprometidos com os movimentos perderam voz e foram obrigados a sair de cena, dando lugar ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Esse movimento imposto pelo governo militar visava afastar a resistência, incitava o egocentrismo e ressaltava a pessoa como única responsável por vitórias ou insucessos.

Só com a crise da ditadura militar, a população pôde aos poucos vivenciar uma ascendência na movimentação pelo cunho social novamente. Novas manifestações que se

opunham as disposições do governo começam a emergir mesmo que o receio da repressão ainda pairasse. “[...] Mais uma vez o povo volta às ruas, embora a repressão ainda existisse de forma disfarçada. Aumentaram os movimentos contra o custo de vida, movimentos pela anistia, pela democracia e abertura política”. (PEREIRA e PEREIRA, 2010, p. 79)

Devido ao período da ditadura militar, em 1964 o Movimento Estudantil – ME, assim como outros movimentos, sofreu um refluxo, mas segundo Gohn (2012, p. 106) em 1966 começou a se recompor até chegar ao apogeu em 1968. O ME passou a representar então não só os estudantes, mas todo povo brasileiro, que sofria com as conseqüências do processo recessivo e do arrocho salarial implantado no país entre as classes populares. O ME segundo Gohn (2012, p. 107) apesar do envolvimento político- partidário das lideranças estudantis, estavam sintonizados com as reivindicações da categoria.

A criação ou ampliação das bibliotecas; a criação e/ou modernização dos laboratórios e equipamentos das universidades; a transformação dos currículos considerados abstratos, a extinção da cátedra e do monopólio do poder aos titulares e demais professores autoritários; mais verbas para o ensino público; e, fundamentalmente, mais vagas para resolver os problemas dos “excedentes”, geraram muitas passeatas e acampamentos”. (GOHN, 2012, p. 107)

A UNE de acordo com as explicações de Gohn (2012, p. 107) na clandestinidade comandou a ação dos estudantes, de forma que era um movimento de massas e não de lideranças. Em 1977 nas lutas pela democratização do país, o ME desempenhou importante papel com suas greves e manifestações. De acordo com Gohn (2012, p. 117) “A Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo foi palco de violência por parte dos órgãos policiais, que feriram estudantes com bombas lançadas em seus corpos”. Essas ações contribuíram para aumentar a indignação popular. Os anos de 1970, segundo Gohn (2009, p. 24) deixaram tristes registros na história brasileira com a ditadura militar, prisões e perseguições políticas, entre outros. Mas também foi um período de resistência e construção de bases para a redemocratização.

No Brasil, no cenário da arena de disputas, foi no marco dos anos 1970, no auge do regime militar, da crise econômica, que os movimentos sociais em todas as áreas representaram o vetor de resistência e de construção das bases para a redemocratização e as reivindicações se tornaram mais e mais expressão dos conflitos que se desenhavam em todos os campos dos setores sociais. (ALMEIDA e MARTINS, 2006, p. 04)

Em 1971, promulgou-se uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, destinada a educação básica. Para Ghiraldelli (2000, p. 181) a LDBEN de 1961, nasceu velha, pois permaneceu treze anos no congresso, enquanto a LDB de 1971, sem que o Congresso pudesse

modificá-la, nasceu como queria o governo. A lei 5.692/71 não significou uma ruptura completa da lei 4.024/61, mas incorporou os objetivos gerais do ensino de 1º e 2º graus expostos nos “fins da educação”. A Lei 4.024/61 refletiu princípios liberais vivos na democracia relativa dos anos 50, enquanto a Lei 5.692/71 refletiu os princípios da ditadura, verificados pela incorporação de determinações no sentido da racionalização do trabalho escolar e na adoção do ensino profissionalizante no 2º grau.

De acordo com Gohn (2009, p. 25) nos anos 1970 surgem ainda novas organizações, como o Movimento de União dos Professores (MUP) em 1976, o Movimento de Lutas por Creches em São Paulo e Belo Horizonte, criado em 1979, e no plano da educação no meio rural, a criação de movimentos no campo que deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), no final dos anos 70. Em 1979 foi criada a Associação Nacional de Educação (ANDE), uma entidade não corporativa que se reclamava herdeira da luta dos educadores progressistas em prol do ensino público, gratuito, obrigatório, universal, laico e de boa qualidade. Em Campinas foi criado o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES).

A ANDE, o CEDES e a Associação Nacional de Pós- Graduação em Educação (ANPEd) passaram a organizar, a partir de 1980, as Conferências Brasileiras de Educação (1980 em São Paulo; 1982 em Belo Horizonte; 1984 em Niterói; 1986 em Goiânia). Retornou-se, portanto, ao nível nacional, e no interior da sociedade civil, um espaço de crescente participação e fruição de ideias no campo educacional. (GHIRALDELLI, 2000, p. 205)

Com a crise econômica e desemprego o início dos anos 80, de acordo com Gohn (2009, p. 27) ficou marcado pela ação do movimento dos professores, por derrubarem as grades do Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo em uma de suas manifestações. Em 1981 ocorreu à fundação da Andes, nascida da união das associações docentes das universidades, principalmente públicas e comunitárias. Em 1987, formou-se o Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, que segundo Gohn (2009, p. 27) “Teve um papel decisivo no processo constituinte e na elaboração dos artigos relativos à educação na Carta Constitucional de 1988.” O lançamento deste fórum foi acompanhado de um manifesto em defesa da escola pública e gratuita.

Para Almeida e Martins (2016, p. 05) no campo da educação, a mobilização nacional em torno do processo Constituinte para a incorporação das reivindicações dos trabalhadores em educação na Carta Constitucional Brasileira de 1988, foi um dos mais importantes Movimentos em Defesa da Escola Pública na década de 1980. Em 1988, foi lançado nacionalmente o

Movimento em Defesa da Escola Pública que de acordo com Gohn (2009, p. 28) surgiu da articulação em torno da Constituinte, em seu capítulo da Educação, e se fez necessário ante a exigência constitucional de elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

De acordo com a autora o movimento era composto basicamente de intelectuais das universidades e de entidades ou representantes de diversas categorias do magisterio. “Após 8 anos de luta de *lobbies* e pressões contra os parlamentares de Brasília, obteve-se a aprovação de um novo projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional.”(Gohn, 2009, p. 18). Em 1996 foi então promulgada a Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) de acordo com Almeida e Martins (2016, p. 02) “Trata-se de um movimento que perpassou as décadas de 1980, 1990, 2000 e continua a sua defesa e seu horizonte por políticas públicas de formação humana em detrimento de políticas públicas para formação de recursos humanos”.

Em 1992 como uma retomada do Movimento Estudantil, o *Movimento dos Caras Pintadas* formado basicamente por estudantes, secundaristas e universitários surgiu nas passeatas e manifestações contra o ex-presidente Collor. De acordo com Gohn (2012, p. 46) “À moda dos índios, com seus gritos de guerra, os caras-pintadas também fizeram escola tornaram-se um estilo de fazer política, espalhando seu modelo além das fronteiras do país”. Gohn em seu artigo “*Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil*” recompõe brevemente a história das campanhas e movimentos de luta pela educação no país, nele ela traz os importantes acontecimentos de junho de 2013, onde estudantes e apoiadores destacaram-se pelo Movimento Passe Livre (MPL), e junto com esse movimento pela mobilidade urbana ganharam força no cenário de luta às demandas de saúde e educação, de acordo com Gohn (2016, p. 9) “[...] a relação movimento social e educação existe nas ações práticas de movimentos, organizações e grupos sociais”. Gohn também aponta os jovens estudantes como protagonistas nesse “novo ciclo” de lutas e os vê como conscientes do contexto, realidade onde estão inseridos. (GOHN, 2016, p. 9)

Seguindo as explicações Gohn afirma que “as lutas e movimentos pela educação são antigos, mas às vezes invisíveis perante a sociedade mais geral e só recentemente ganharam visibilidade na mídia”. E conclui apontando que “Todos os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo”. (GOHN, 2016, p. 9)

Estes são registros históricos das principais lutas e movimentos sociais pela educação ocorridos no Brasil, mesmo diante de avanços e retrocessos, cada um deles teve grande importância para o desenvolvimento da escola pública. Mas é importante lembrar que outros movimentos, que não chegaram à esfera nacional também fizeram parte desse cenário de lutas, alguns com conquistas e outros que causam tristes lembranças, como a Manifestação dos professores do estado do Paraná que foi marcada com dois lamentáveis episódios. O primeiro foi no dia 30 de agosto de 1988, quando o governador da época Álvaro Dias, jogou a cavalaria contra os professores. Neste dia professores de todos os municípios do Estado reuniram-se em passeata até o Palácio do Iguazu em Curitiba reivindicando melhores condições de trabalho quando de acordo com Menezes:

“Ao chegarem próximo ao Palácio do Iguazu, já avistaram os policiais que formavam uma barreira impedindo a passagem dos manifestantes, e então ocorreu o conflito entre os professores e os policiais, estes fazendo uso de bombas de efeito moral, e principalmente da cavalaria. Este conflito teve como resultado uma série de professores feridos, com estilhaços das bombas, queimaduras e fraturas”. (MENEZES, 2012, p. 12)

O dia 30 de agosto ficou marcado na triste história das lutas dos professores no Estado do Paraná. O segundo e fatídico episódio ocorreu no dia 29 de abril de 2015. Neste dia diversos professores saíram feridos devido à ofensiva desmedida, orquestrada pelo ex-governador do Estado Beto Richa. Neste massacre os professores foram agredidos por policiais militares que atiraram balas de borracha e gás lacrimogêneo, ferindo gravemente dezenas de professores. “Por mais de duas horas a Polícia Militar (PM) atuou de forma totalmente desarrazoada e despropositada contra os manifestantes – mesmo quando esses estavam parados, sem qualquer ação –, inclusive com balas de borracha, que os atingiram em regiões acima da cintura, e com bombas de gás lacrimogêneo” (VIOLIN, 2016, p. 44). O dia 29 de abril de 2015 ficou marcado na amarga história de lutas pela educação paranaense.

3. Considerações finais

No decorrer deste trabalho procurou-se apresentar brevemente as lutas e movimentos sociais, que representam o caminho percorrido em busca de uma Educação Popular, bem como sua importância frente à formação de indivíduos capazes de se posicionar diante de qualquer situação posta em seu caminho. De acordo com as explicações de Gohn (2011, p. 347) os movimentos sociais pela educação são fontes e agências de produção de saber, pois, abrangem

não só questões de escola, mas também de gênero, etnia, nacionalidade, religião, paz, direitos humanos e culturais, entre outras questões.

As práticas reivindicatórias servem não apenas como indicadores das demandas das necessidades de mudança, reorientando as políticas e os governantes em busca da legitimidade. As práticas reivindicatórias dos movimentos sociais passam por processos de transformação, na estrutura das máquinas burocráticas estatais e nos próprios movimentos sociais. (GOHN, 2012, p. 58)

Para a autora os movimentos sociais nos anos de 1980 principalmente os de caráter popular, foram o lume que orientou os tênues avanços democráticos da sociedade. A Educação popular entende o ser humano como um ser pensante, que traz suas vivências, sua cultura, e suas capacidades, e o incentiva a não alienação, a participar das questões políticas de cunho social, buscando o justo e a equidade. A insatisfação coerente gera manifestos em prol do que é correto, assim, por meio dos movimentos sociais é possível, como asseguramos com fatos da história, alcançar as transformações necessárias. Esses movimentos contribuem com a busca de melhorias rotineiras, seja na qualidade do atendimento ou no que tange a liberdade de posicionamento contrário frente às injustiças.

Neste trabalho buscamos resgatar o papel dos Movimentos Sociais pela educação no contexto histórico, acreditando que trabalhos como este, de revisão histórica, buscam enaltecer os fatos já vividos assim como seus protagonistas, e a partir deles reger novos passos. De acordo com Gohn (2012, p. 153) ao realizar um trabalho de resgate das lutas e movimentos sociais, estamos reescrevendo história, sob a perspectiva dos autores que a fizeram.

A releitura da história sociopolítica do Brasil a partir dos registros das revoltas e das lutas sociais possibilita-nos recuperar a trama e os enredos dos acontecimentos sob novas óticas, apreendendo as forças sociopolíticas que lutaram, resistiram ou se opuseram às mudanças sociais. E possibilita-nos também aprender como foi se dando o processo de construção dessas mudanças. (GOHN, 2012, p. 153)

Os movimentos sociais apresentam, portanto um caráter educativo, que nos possibilita grande aprendizado e nos leva também a concluir que ainda temos muitos desafios a serem enfrentados no que se refere à educação popular no Brasil, mas conscientes de diante de conquistas ou retrocessos os movimentos sociais foram fundamentais na construção da nossa sociedade e para a educação, muito temos a aprender com cada um deles.

Referências

ALMEIDA, J. A. De M. MARTINS, F. J. *Movimento Social e Educação: O caso do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública: Um Movimento? -Reunião Científica Regional da ANPED.- UFPR – Curitiba/ Paraná. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-3_FERNANDO-JOS%C3%89-MARTINS-JANAINA-APARECIDA-DE-MATTOS-ALMEIDA.pdf/ Acesso em: 26 de jul. 2020.*

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Prefácio de Moacir Gadotti. Trad. Lilian Lopes Martin. São Paulo: Paz e Terra, 2014 (36ª edição)

GADOTTI, M. *Educação e ordem classista*. In: FREIRE, P. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 7-15.

GHIRALDELLI J. P. *História da Educação*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000. (coleção magistério. 2 grau. Série formação do professor).

GOHN, M. da G. M.. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros/ Maria da Gloria Gohn. – 7. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2012.*

_____. *Movimentos Sociais e Educação*. - 8.ed. – São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção questões da nossa época; v.37)

_____. *Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: Experiências e Desafios na Atualidade*. Reunião Científica Regional da ANPED – Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. Conferência de encerramento XI ANPED SUL. 24-27 de jul. 2016. UFPR – Curitiba/Paraná. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Palestra-de-Encerramento-Maria-da-Gloria-Gohn.pdf> Acesso em: 22 jul. 2020

_____. *Lutas e movimentos pela educação no Brasil, a partir de 1970*. EcoS – Ver. Cient. São Paulo. v1, n.1, p. 23-38, jan/jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=1535&path%5B%5D=1306> Acesso em: 25 de jul. 2020

_____. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação. v.16 n.47 maio-agosto. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf> Acesso em: 06 agos. 2020

KREUTZ, L. *Os movimentos de Educação Popular no Brasil, de 1961-64*. 1979. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Departamento de Filosofia da Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9234> Acesso em: 12 jul. 2020.

LIMA, V. L. S. *Os Manifestos de 1932 e 1959 e suas contribuições para as Diretrizes e Bases da Educação*. Revista Communitas v1, n1, (jan-jun) 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/1172/pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020

MENEZES. Fabiane Luzia. *Identidades E Memória: A greve dos professores do Estado do Paraná de 1988*. Disponível em <http://www.uel.br/pos/mesthis/FabianeLMenezes.pdf> Acesso em: 03 ago. 2020.

PEREIRA, D. F. F.; PEREIRA, E. T. Revisitando a história de educação popular no Brasil: Em busca de outro mundo possível. *HISTEDBR – Revista on-line do grupo de estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – da Faculdade de Educação/UNICAMP*, Campinas, n. 40, p. 72-89, dez.2010. ISSN:1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639807> Acesso em: 01 ago. 2020.

TEIXEIRA, W. S. *Educação em tempos de luta: História dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964)*. 2008. 229 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_TEIXEIRA_Wagner_da_Silva-S.pdf Acesso em: 12 jul. 2020

VIOLIN. T C. *O massacre do centro cívico de Curitiba em 29 de abril de 2015 – Um ano depois, uma análise a partir do direito administrativo*, In, PEREIRA, L.F.L. e ALLAN, N. A. 29 de abril: Repressão e Resistência / Luis Fernando Lopes Pereira e Nasser Ahmad Allan (orgs). — Bauru: Canal 6, 2016. 301 p. ; 23 cm. (Projeto Editorial Praxis). Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181026033154/29deabril.pdf> Acesso em: 01 ago. 2020.